

Democracia e Desenvolvimento

N.º 1 ■ 20 ABRIL 1985

PROPRIEDADE
DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL
DIRECTOR: LUÍS RETO

Com nova moral política é possível regionalizar



4



Fundação Cuidar o Futuro

A eng.ª Maira de Lurdes Pintasilgo, acompanhada pelo então Governador Civil de Santarém, eng. Sacramento Marques, numa visita de trabalho quando chefiou o V Governo

Governo Pintasilgo criou no País esquema mínimo de protecção social

Cem dias no poder

6

Uma nova política do quotidiano

Artigo de Beja Santos

8

Núcleos de apoio regional e departamentos operacionais da campanha

■ Núcleo de Apoio Regional do Porto

Apartado 767 — 4013 PORTO
Prof. Dr. Nuno Grande — Telef. 02-695307
Dr. Alberto Martins — Telef. 02-312053
Dr.ª Fátima Grácio; Rua do Cunha, 361,
2.º-Dto. — 4000 PORTO — Telef. 02-496437

Nota

Este núcleo tem responsabilidades organizativas para os distritos de Porto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança e ainda com os concelhos de Feira, Espinho e Castelo de Paiva. Pretende-se no futuro que o grupo de concelhos que constituem o Núcleo de Apoio Regional de Viseu Norte (Lamego, Resende, Cinfães, Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira) fiquem em ligação operacional com o N.A.R. Porto. Oportunamente serão dados os contactos em todos os distritos do Núcleo.

■ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Norte

Kalidas Barreto; CASTANHEIRA DE PÊRA — Telef. 036-44129
Dr. António Lourenço; Almostr — 3250 ALVAZERE — Telef. 036-35354

■ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Centro

Luis Coelho Pereira; Largo Rainha Santa Isabel — 2400 LEIRIA — Telef. 044-22015
M.ª Odete Marques Benge; Rua da Mala Posta, Bloco C, 1.º-Dto. — 2400 LEIRIA
Dr. Manuel Castelhão Freire; Rua Serpa Pinto, 4, 4.º-Fr. — 2400 LEIRIA

■ Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Sul

Dr. Jorge Varanda; Rua Maldonado Freitas, Lote 10, 1.º-Esq. — 2500 CALDAS DA RAINHA
Dr. António Ferreira Ludovico; Salgueirinha — 2510 ÓBIDOS
Dr. António José Azevedo Filipe; Av. Arquitecto Paulino Montez, Lote 6, 4.º-Esq. — 2520 PENICHE
Dr. Amílcar Coelho; Chãos — Cumeira — Aljubarrota — 2460 ALCOBÇA

■ Núcleo de Apoio Regional de Coimbra

Prof. Dr. Boaventura Sousa Santos; Rua Manuel Bastos Pina, 1, 1.º-Dto. — 3000 COIMBRA — Telef. 039-27618; 039-714886
Eng. Armando Rui Pedrosa Lima; Rua Humberto Delgado, 31, 6.º-Esq. — 3000 COIMBRA — Telef. 039-72432
Prof. Dr. Rui Namorado; Rua Adolfo Loureiro, 5, 4.º-D. — 3000 COIMBRA — Telef. 039-713130; 039-714886/7

■ Núcleo de Apoio Regional de Aveiro — Centro-Sul

Dr. Abreu Lopes; Rua Manuel Mendes, 51, 2.º-Esq. — Telef. 034-28795
Dr. Amílcar Sacadura — 3800 AVEIRO — Telef. 034-22837
Rosa Maria Manjerão — 3800 AVEIRO — Telef. 034-28251

■ Núcleo de Apoio Regional de Aveiro — Norte

Luisa Resende; Av. 19 de Julho — 3880 OVAR — Telef. 056-52961

■ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Centro

Apartado 194 — 3502 VISEU CODEX
Fernando Silva Rodrigues; Rua Alexandre Herculano, 427 — 3500 VISEU — Telef. 032-22342
Henrique dos Santos Figueiredo; Cruzamento de Orgens — 3500 VISEU — Telef. 032-26708
Fernando Luis de Assis Pacheco Moreira; Bair-

ro da Misericórdia ao Viso, Bloco B, Porta 2, r/c-dto. — 3500 VISEU — Telef. 032-25737

■ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Lafões (Concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vouzela)

Aristides Rodrigues Saraiva; Fátima — 3670 VOUELA — Telef. 032-77104
José Manuel Lacerda Correia; Souto de Lafões — 3680 OLIVEIRA DE FRADES — Telef. 032-76170

■ Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Sul (Concelhos de Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão, Carregal do Sal)

Dr. António Carvalho Mendes; Praça da República — 3640 TONDELA — Telef. 032-82317; 032-82105

■ Núcleo de Apoio Regional da Guarda Contactos pessoais

Eng. Henrique Augusto C. Pereira; Rua Paiva Couceiro, 22, 1.º-Dto. — 6300 GUARDA — Telef. 071-23098
Dr. José Manuel Trigo Mota da Romana; Alvalde — 6300 GUARDA — Telef. 071-29145
Maria de Lurdes P. Fonseca; Rua Boa Esperança, 26, r/c — 6300 GUARDA — Telef. 071-22936

■ Núcleo de Apoio Regional de Santarém

Dr. Carlos Cruz; Rua António Bastos, 26 — Telef. 043-25531
Dr. Francisco Monteiro Fernandes; Av. 25 de Abril, 37
Dr. Joaquim Alves Henriques; Rua dos Construtores Cívicos, sala AAH, 1.º — TOMAR

■ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Norte

Dr. António Júlio Garcia; Travessa das Oliveiras, 5-3.º — 6230 FUNDÃO — Telef. 975-52022
Dr.ª Maria Antonieta Garcia; Travessa das Oliveiras, 5-3.º — 6230 FUNDÃO — Telef. 075-52022
Dr.ª Manuela de Carvalho — 6250 BELMONTE

■ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Sul

Dr. António Salgado; Av. Nuno Álvares, 4-A,

3.º-Dto. — 6000 CASTELO BRANCO — Telef. 072-27570

Joaquim Soares Duarte — 6000 CASTELO BRANCO — Telef. 072-23415

João Menau; Av. Humberto Delgado, 41, 1.º-Frente — 6000 CASTELO BRANCO

■ Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Oeste

Dr.ª Maria Isilda Alves Tavares; Av. 25 de Abril — 6100 SERTÃO
Dr. António Alves Farinha; Vergada, Trovinal — 6100 SERTÃO — Telef. 074-61136
Dr.ª Maria do Rosário Gomes Baptista; Rua Dr. Carlos Martins, 9 — 6100 SERTÃO — Telef. 074-61374

■ Núcleo de Apoio Regional de Portalegre

Auréli Bentes Bravo; Rua 19 de Junho, 72-2.º — 7300 PORTALEGRE — Telef. 045-24124; 045-21971
Carlos Gonçalves Gordo; Praça da República, 127 — 6050 NIZA — Telef. 045-42114
Maria Ondina; Rua 31 de Janeiro, 84 — 7300 PORTALEGRE — Telef. 045-21375

■ Núcleo de Apoio Regional de Évora

Av. São João de Deus, 28, r/c-dto. — 7000 ÉVORA — Telef. 066-22951
Prof. Dr. Adel Sidari; Apartado 34 — 7001 ÉVORA CODEX — Telef. 066-27087
Alice Tavares Chicó — Telef. 066-22552
Dr. José Manuel Leitão — Telef. (Lx) 950071

■ Núcleo de Apoio Regional de Beja

Dr. Henrique Pinheiro — Telef. 084-23157
Dr.ª Eduarda Faria da Rosa Rabaça; Rua da Almoçeva, Penedo Gordo — 7800 BEJA — Telef. 084-26462
Tibério Ventura — 7845 ALDEIA NOVA DE SÃO BENTO

■ Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Barlavento

Maria José Barroso; Rua Gago Coutinho, Bloco 2, 3.º — 8600 LAGOS — Telef. 082-60224
José Manuel Mimoso; Rua Dr. Manuel de Almeida, 98, 1.º-Dto. — 8500 PORTIMÃO — Telef. 092-24291

■ Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Sotaventos

Eng. Vítor Manuel Cabral da Silva; Av. do Ténis, 2 — 8200 ALBUFEIRA — Telef. 089-52949
Dr. Luis Tavares Melo Aguiar; Av. de Olivença, 25 — 8000 FARO — Telef. 089-22392
Alice Fernandes — 8000 FARO — Telef. 089-26514

■ Núcleo de Apoio Regional de Lisboa e Setúbal

Ernesto Bruno
Rua Luciano Cordeiro, 24-A-B — 1100 LISBOA — Telef. 525665
Apartado 10.007 — 1019 LISBOA CODEX — Telef. 525665

■ Núcleo de Apoio Regional dos Açores

Dr. Ricardo Manuel Amaral Rodrigues; Rua Simões de Almeida, 16 — 9680 VILA FRANCA DO CAMPO (Açores) — Telef. 096-52386

■ OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Comissão Técnica Coordenadora (C.T.C.)

Principais Departamentos

Departamento Informação e Programação: Dr. Luis Reto — Telef. 371024; 525665

Departamento Comunicação Social (Rádio, Televisão, Vídeo): Emídio Rangel — Telef. 2903403; 547527; 525665

Imprensa Nacional (Diária e Semanal): Helena Sanches Osório — Telef. 2687620; 525665
Imprensa Regional e Local: Júlio Freches / Galambá de Oliveira — Telef. 525665
Revistas: Moutinho Pereira — Telef. 9801030

Departamento de Socioprofissionais: Dr.ª Gabriela Amaro — Telef. 2465353; 525665

Departamento de Coordenação de Voluntários: Telef. 9828818; 525665

Coordenação de voluntários

Informam-se os apoiantes e simpatizantes da candidatura da Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo que foi constituído o sector de coordenação de voluntários da C.T.C. (Comissão Técnica Coordenadora), a funcionar na sede de Lisboa.

Consideram-se basicamente dois tipos de voluntários:

- Aquele que não tendo disponibilidades para exercer tarefas específicas, pode com relativa facilidade auscultar na roda de amigos e simpatizantes da referida candidatura, recrutando-os para o desempenho de funções concretas, que o responsável pelo sector definirá.

- Aquele que se dispõe desde já a executar tarefas.

Em ambos os casos pede-se que contactem com brevidade para:

R. Luciano Cordeiro 24-A — 1100 LISBOA — Telef.: 52 56 65

Horário — das 17 às 20 horas.

PALAVRA DE CANDIDATA

Somos um povo rico da única riqueza que é inesgotável — a qualidade dos homens e mulheres que se reconhecem numa mesma raiz cultural, nas mesmas aspirações e no mesmo orgulho de ser portugueses.

Somos um povo de gente que trabalha, com as mãos, os materiais e a terra e que é, assim, operário ou artista, camponês ou artesão, mestre em todos os ofícios. E que o é honradamente, dignamente.

Somos um povo em que há uma imensa potencialidade de competência técnica nas empresas, nas escolas, nos escritórios, em todos os lugares em que o 'saber' e o 'saber fazer' são os instrumentos necessários e decisivos.

Somos um povo que rapidamente se adapta a circunstâncias novas, que inventa modos de tornar a vida menos difícil e que, das coisas simples, sabe tirar alegria e confiança.

Somos um povo de escritores e contadores de histórias, de poetas e animadores da nossa fantasia.

Somos um povo rico de tudo o que em nós nos torna parte de uma mesma história, de uma mesma pátria.

Viveu este povo um dia de grande esperança. Mas hoje arrasta-se um tempo que tem sido de desencanto, de preocupações, de insegura-

rança, de grandes ansiedades sobre o futuro.

As estruturas estão enferrujadas. Os mecanismos que nos deviam servir funcionam sem eficácia. A vida de todos os dias vem carregada do cumprimento de regras absurdas, de sujeição a uma ordem desorganizada.

Há entre nós gente com fome, sem trabalho, sem salário, sem casa, sem cuidados médicos, sem a educação necessária, sem transportes.

Há entre nós gente a viver abaixo do nível mínimo da dignidade humana.

A justiça faz-se esperar.

As eleições presidenciais de 1985 são uma oportunidade de criar as condições necessárias para que mude este estado de coisas.

As eleições presidenciais são o momento de encetarmos um caminho novo. A partir do desenvolvimento de iniciativas que produzam o que precisamos; criando métodos de trabalho e de organização que abram um futuro para os mais novos; melhorando as condições de vida dos que já carregaram anos de sacrifícios e labutas.

As eleições presidenciais não são apenas a escolha de uma pessoa: são também, e sobretudo, a decisão consciente sobre o modo de valorizarmos os recursos que possuí-

mos e a riqueza humana que há em nós.

Ao candidatar-me à Presidência da República, faço uma grande aposta: que o povo que somos tem a capacidade necessária para construir uma vida melhor para todos os portugueses. As nossas vontades e desejos dispersos podem conjugar-se, libertando novas energias.

É essa convicção que me faz sentir responsável pela proposta de dignificação e representação do nosso querer comum contida na minha candidatura à Chefia do Estado.



Maria de Lourdes Pintasilgo

Nota de apresentação

«Se queremos um futuro melhor, o futuro começa hoje e está nas nossas mãos»

Maria de Lourdes Pintasilgo

Os preceitos constitucionais vigentes reservam aos cidadãos o direito de se organizarem para apresentarem candidaturas à Presidência da República.

Preocupados com a situação do país e atentos à realidade política nacional, grupos cada vez mais numerosos de cidadãos, ligados ou não a partidos políticos, pertencendo a sectores profissionais diversificados e integrando várias sensibilidades ideológicas, têm vindo a trabalhar para tornar possível e efectivo este direito que constitucionalmente lhes assiste.

Apoiar como candidato à Presidência da República alguém que livremente escolheram e que pela sua inteligência, honestidade, competência e independência, publicamente demonstradas, dê garantias de desempenhar a mais alta magistratura da Nação com isenção e profundo sentido dos interesses nacionais, é um objectivo político nobre e um dever cívico indeclinável.

É nossa convicção que a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo é, entre todos os candidatos que mostraram publicamente disponibilidades para se candidatarem à Presidência da República, a personalidade que reúne os requisitos que o cargo exige.

É esta convicção que levou também a Associação Portuguesa para o

Desenvolvimento Cultural a colocar o seu jornal — Democracia e Desenvolvimento — ao serviço da Comissão Técnica Coordenadora e dos múltiplos núcleos de apoio regionais, concelhios e socioprofissionais que integram a estrutura da campanha.

Democracia e Desenvolvimento será nesta fase um órgão que a nível nacional veicula opiniões, informações e contribuições individuais ou colectivas, para que esta candidatura seja um projecto renovador da sociedade portuguesa.

Realizar o *Desenvolvimento*, fortalecer a *Democracia*. Um lema para um jornal, um objectivo para a nossa campanha, uma necessidade imperiosa para o nosso país.

Luis Reto

A regionalização é uma via indispensável para o aprofundamento da Democracia

«A regionalização, que supõe uma devolução do poder às populações da região e aos seus órgãos próprios, é uma condição para que as coisas mudem. É, de forma inequívoca, uma condição para o desenvolvimento» — afirmou a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo ao «Jornal do Fundão», em entrevista recentemente publicada. E a regionalização, a verdadeira, a autêntica — e não aquela que se limita a declarações de intenções — constitui uma das bases fundamentais do pensamento político da nossa candidata.

É fácil entender por que razão a regionalização tem sido assunto de que pouco se fala. Ela mexe, directamente, com o poder central, ainda paternalista, ainda pouco «seguro de si» ao fim de dez anos de democracia parlamentar. Regionalizar significa seguir «uma via indispensável para o aprofundamento da Democracia» pois «permite e exige uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões que a eles próprios dizem directamente respeito» — salienta. E significa, também, «um maior controlo do exercício do poder político», hoje assente em estruturas centralizadoras, herdadas de um outro tipo de poder.

Como resultado desta situação, que se pode classificar pelo menos de estranha, num País democrático, «ano após ano, década após década, vamos assistindo a um agravamento dos desequilíbrios regionais, a um distanciamento cada vez maior entre as condições de vida no 'litoral' e no 'interior'».

É esta capacidade de enfrentar os problemas e as suas propostas de acção política que reúne em volta da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo cada vez maiores e mais fortes apoios. Para a nossa candidata, o fim da acção política é o bem das pessoas e o serviço da comunidade e não qualquer outro, ou outros. É a esperança que se levanta já imparável, numa transformação da realidade actual. Uma transformação possível, que nada tem de utópica, antes assenta em realidades sentidas por nós todos os dias.

A «diferença» está numa outra perspectiva do poder político, colocada acima dos interesses partidários e a abranger as grandes áreas de consenso hoje mesmo existentes. De resto, nenhum partido político nacional se declarou contrário à regionalização. O tema constitui, mesmo, parte importante dos seus programas políticos. De facto, existe hoje um campo aberto para efectivar a regionalização, como um



Fundação Cuidar o Futuro

vasto campo de actuação, a realizar em conjunto.

Digamos a verdade

Para a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, que durante «cem dias» teve acesso directo a todos os «dossiers» governamentais e, nesse curto espaço, implementou medidas que mesmo hoje beneficiam milhões de cidadãos portugueses, a regionalização é fundamental para se sair da crise actual:

— Digamos a verdade: o desenvolvimento só pode começar localmente. E tanto assim é que muitas das acções que mais directamente beneficiaram as populações, nos últimos dez anos, ficaram a dever-se à iniciativa das autarquias locais. Estou a pensar, sobretudo em acções ligadas às condições de vida. Foi no abastecimento domiciliário de água, no saneamento básico, na abertura e melhoria de estradas, na construção de novos bairros, que o esforço e o dinamismo das autarquias mais se fez sentir.

O desenvolvimento só pode começar localmente — eis aqui um pensamento «perturbador» para quem está habituado a pensar, «de cima para baixo», em grandes planos de rega, por exemplo, que se ficam no papel — ou suspensos depois de gastos alguns milhões de contos. O macroplaneamento, como dizem os técnicos, é necessário, no entanto. Mas, antes ou durante, parece necessário resolver os «pequenos problemas» de grandes consequências globais, que escapam ao poder centralizado. E aí se situa o campo privilegiado de actuação do poder a nível regional. Quem melhor do que, por exemplo, a população do distrito da Guarda — onde 48 por cento dos alojamentos não possuem água canalizada (nem casa de banho), a quinze anos da entrada no Séc. XXI... —, para levantar e resolver este «pequeno problema», através dos seus órgãos próprios?

Digamos a verdade. A regionalização passa, também, pela disponibilidade de meios — técnicos e financeiros

— que permitam às autarquias avançar e concretizar os seus projectos. Os estudos, esses, estão geralmente, feitos.

Impõe-se, por isso, uma «nova» lei de finanças locais, que procure evitar que os governos «descentralizem» a crise, responsabilizando as autarquias pela realização de acções para as quais não dispõem de meios, como se tem verificado nos últimos três anos, sobretudo.

Sociedades de desenvolvimento regional

Na concretização destas ideias-força, aliás defendidas, quando conveniente ou mais oportuno, pelos partidos nacionais, não há nada de «utópico», como se tem pretendido para justificar a centralização do poder em Lisboa. As estruturas de base existem, os órgãos autárquicos constituem uma realidade política, e eles estarão sempre dependentes do poder central enquanto não forem criadas as regiões do País.



O processo de desenvolvimento não pode existir sem a participação dos cidadãos nas várias esferas de acção a que estão ligados

vasto para a acção que a nossa candidata se propõe desempenhar.

— O processo de desenvolvimento — afirma a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo —, não pode sequer existir sem a participação decidida dos cidadãos nas várias esferas de acção e de influência a que estão ligados.

«As sociedades de desenvolvimento Regional são exemplos de instituições que podem ajudar, de modo decisivo, os órgãos autárquicos e regionais a fazer face aos problemas técnicos que, necessariamente, se põem na execução de projectos de desenvolvimento» — salienta ainda, chamando a iniciativa privada a assumir a sua quota parte e importante no esforço comum em que o País terá que se empenhar. Para a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, a regionalização, a descentralização, não assume conotações ideológicas. «Interessa tanto a um comunista como a um social-democrata ou a um centrista do Distrito de Castelo Branco ter energia eléctrica em casa. E hoje, 25 por cento da população desse distrito continua, todas as noites, a acender um candeeiro de petróleo...».

É um renovar de vontades o que se propõe. Um renovar baseado na esperança de que, com a nossa candidata, vai ser possível ir ao encontro da finalidade última e primeira de toda a acção política: o bem das pessoas e o serviço da comunidade.

CEM DIAS NO PODER

Protecção social

Porque nem todos os cidadãos portugueses, à data em que a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo esteve no governo, eram abrangidos pela segurança social, a então primeira-ministra instituiu, através do decreto-lei 513L/79, de 20 de Dezembro de 1979 um «esquema mínimo de protecção social» em que era «atribuído a todo o cidadão nacional residente no País o direito às prestações do Esquema Mínimo de protecção Social».

Neste decreto-lei passaram a ser abrangidos pelo Esquema Mínimo de saúde todos os portugueses até então sem possibilidades de, em caso de doença, recorrer a qualquer esquema de contribuição por parte do Estado. Pelo decreto 513L todos os cidadãos residentes passaram a beneficiar de consultas de clínica geral e de especialidades incluindo visitas ao domicílio; serviços de enfermagem, incluindo domiciliários; internamento hospitalar; assistência medicamentosa; elementos complementares de diagnóstico (radiografias, análises, etc.) e tratamentos especializados (raios X, hemodiálise, etc.). Do mesmo modo os pais passaram a ter direito à aleitação em espécie para os seus filhos (líte em pó para bebé).

A mesma lei pôs em execução o Esquema Mínimo de Segurança Social que previa as seguintes prestações: pensão social, suplemento de pensão a grandes inválidos, pensão de orfandade, abono de família, subsídio mensal a menores deficientes e equipamento social.

Esta lei veio pôr fim à injustiça que significava o facto de existirem cidadãos portugueses que, não estando inscritos ou ligados por quaisquer laços de trabalho às instituições então vigentes que previam o apoio de subsídios e apoio à saúde, nos momentos mais difíceis da sua vida, doença, desemprego, morte de pai ou mãe, estavam completamente desprotegidos e abandonados pelo Estado. A lei 513L/79 deu a todos os portugueses a possibilidade de, finalmente, terem os mesmos direitos à protecção social que o Estado lhes deve e iguais condições de acesso aos serviços de saúde e às prestações sociais.



Com o Governo Pintasilgo o País ganhou o direito à saúde

Diz-se que a memória dos homens é bastante curta, mas ainda há quem recorde o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo ter criado — enquanto secretária de Estado da Segurança Social — a chamada pensão social que foi o primeiro benefício de segurança social de natureza não contributiva.

Esta decisão, tomada pouco depois do 25 de Abril, veio formulada no célebre decreto-lei n.º 217/74, de 22 de Maio, e constituiu como que a pedra de lançamento de um novo modelo de segurança social.

Quem o recorda é Alfredo Bruto da Costa, ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais do Governo Pintasilgo, um homem que esteve por detrás da implementação desta filosofia, em 1979, e que após a sua assinatura naquilo que é hoje conhecido, ainda que parcialmente revogado, por *esquema mínimo de protecção social*.

Bruto da Costa conta como foi!

Proposta já no início de Setembro de 1979 uma resolução do Conselho de Ministros, em Novembro de 79, preocupada com a situação dos estratos mais desfavorecidos da população portuguesa, optou pela introdução imediata de melhorias sociais amplas e generalizadas, apesar do «poderoso obstáculo» resultante da conjuntura económica e financeira que então se vivia.

Assim, criaram-se esquemas mínimos de saúde e de segurança social, destinados a garantir um conjunto de direitos de base a todos aqueles que permaneciam à margem de qualquer dos esquemas de protecção então existentes nestes domínios.

Para Bruto da Costa, tratou-se de «uma expressão política concreta de uma preocupação ética de atender a situações de pessoas sem qualquer poder reivindicativo», um número estimado, na altura, em dois milhões de indivíduos.

Antes, tinha-se apenas uma pensão social. Depois, alargou-se a um suplemento de pensão a grandes inválidos, pensão de orfandade, abono de família, subsídio mensal a menores deficientes, e equipamento social, criando-se um novo conceito — o universo dos cidadãos.

E apesar da conjuntura — recorda Bruto da Costa — o Governo Pintasilgo não se esqueceu de actualizar as pensões, com aumentos de 31 a 38 por cento, respectivamente, para as pensões de invalidez ou velhice, de 33 por cento para a pensão de invalidez ou velhice do regime especial (rural), de 44 por cento para a pensão social e de um aumento de 122 por cento para a pensão mínima de sobrevivência por viuvez.

Castelo Branco e Fundão — 20 de Abril

ESTÃO CONNOSCO

Nesta coluna, do nosso jornal de apoio à campanha para a Presidência da República da engenharia Maria de Lourdes Pintasilgo, iremos divulgando, ao longo do tempo, os nomes daqueles que, de formas várias, vêm dando o seu contributo pessoal para este fim.

■ AVEIRO

Abílio Oliveira, médico, director do Hospital Distrital de Aveiro; João de Almeida — médico, Aveiro; Maria de Lurdes Magalhães — professora, Aveiro; A. dos Santos Cartaxo — professor, Vagos; Maria Fernanda Amorim Silves — costureira, Mozelos; Domingos Pereira Amorim — trolha, Arganilde; Pedro José Rainha da Silva — engenheiro técnico, Sangalhos.

■ BEJA

Tibério Ventura — agricultor, Aldeia Nova de S. Bento; Ana M. Batalha Lopes Bernardino — prof. ens. sec., Beja; Joaquim António Ferro Costa — delegado posto médico, Beja; Manuel José Rosa Barrocas — comerciante, Beja; Paulo José Amaral de Paiva Lopes — conservador do Registo Civil, Serpa; João Manuel Godinho da Cruz — funcionário público em Mértola.

■ BRAGA

Alberto M. Roxo da Cruz — piloto dos TAP-Braga; Maria Teresa Borges Araújo Macedo — médica, Braga; Alexandrina Pelicano Antunes — economista, Braga; Nuno Moreira da Silva e Castro — arquitecto, Braga; Elisa Mendes da Silva — desempregada, S. Victor, Braga; Ademar Ferreira dos Santos — advogado, Braga.

■ BRAGANÇA

Francisco José Fernandes — proprietário, Vinhais; António Jacinto Rodrigues — sociólogo, Alfândega da Fé; Carlos Augusto Araújo — comerciante, Alfândega da Fé; Hélder do Nascimento L. Carvalho — desenhador, Bragança; Carlota dos Santos Fernandes — proj. prim., Vinhais; Ana Maria da Cunha Fernandes — professora, Bragança.

■ CASTELO BRANCO

Manuel Ribeiro Pires — veterinário, Castelo Branco; Lucinda Maria dos Santos Martins — estudante, Castelo Branco; António Forte Salvador — conservador de museu, Castelo Branco; Miquelina Maria Antunes Lopes — estudante, Alcanais; Augusta Afonso Valente — bordadora, Castelo Branco; José Pires — trabalhador rural, Sarnadas de Ródão.

■ COIMBRA

João Manuel de Almeida Rocha — dirigente sindical, Coimbra; Veríssimo Figueira — advogado, Coimbra; Rui Alberto Ferrão Lucas — dirigente sindical, Coimbra; José Manuel da Silva Calisto — têxtil, Figueira da Foz; Mário Simões França — emp. bancário, Penela; João José de Carvalho Ferreira — engenheiro, Coimbra.

■ EVORA

Jorge Quina Ribeiro de Araújo — prof. univ., Évora; João Carlos Pereira — arquitecto, Évora; Miguel Augusto Brito — reformado, Évora; João Brito Borges Casaca — comerciante, Évora; Francisco Bastos Serra — vendedor, Évora; Annemarie de Araújo — assistente universitária, Évora.

■ FARO

Joaquim Carvalho Afonso — func. público, Faro; Luis Filipe de Melo de Aguiar — professor, Faro; Isabel Gonçalves dos Santos — doméstica, Faro; Maria Irene M. Sousa — CTT, Faro; João Pires da Cruz — economista, S. Brás de Alportel; Maria Inês Bivar Azevedo — educadora, Olhão.

■ GUARDA

António Gregório de Abreu — serralheiro civil, Aldeia Viçosa; Maria Lúcia Coelho Figueiredo — enfermeira, Guarda; Carlos Lopes Teixeira — eng. silvicultor, Guarda; Fernanda Maria Patrício — estudante, Guarda; Neves Nunes Campos — comerciante, Foios, Sabugal; Carlos João Rocha Amaral — bancário, Guarda.

■ LEIRIA

Manuel Costa Rebelo — professor, Caldas da Rainha; Gracinda M. M. C. Lopes — monitora, Peniche; Maria Teresa da Silva Neto — psicóloga, Peniche; Tiago Leal Patriarca — industrial, Peniche; Artur Bernardo Amador — industrial, Peniche; José Rodrigues Franco — industrial, Peniche.

■ LISBOA

José Ribeiro Cardoso — professor, Lisboa; Adelino Cardoso Pinto — médico, Lisboa; Carlos Alberto Simões Batista — engenheiro, Lisboa; Joaquim Pereira Rodrigues — jornalista, Lisboa; José Manuel de Almeida Martins — jornalista, Lisboa; José António Bastos Neiva Vieira — engenheiro silvicultor, Lisboa.

■ PORTALEGRE

José Martins dos Santos — professor, Portalegre; Clara da Conceição Castelo Lopes — func. pública, Portalegre; Maria Célia Cassola de Sousa — professora, Portalegre; António Joaquim

Cordas — emp. comércio, Portalegre; Celestino Maria Marques — barbeiro, Portalegre; Manuel Calha da Conceição — agricultor, Portalegre.

■ PORTO

Pedro Morados Ferreira — professor universitário, Porto; Maria Adelaide Fernandes — enfermeira, Porto; Maria Clara Ribeiro da Cunha — tec. aux. principal, Porto; Luis Augusto Freitas Monteiro — prof. universitário, Carvalhos; Isabel Pereira Marcos — doméstica, Ermesinde; António José da S. Pinto Guimarães — médico, Barcelos.

■ SANTARÉM

João José Cardoso Forte — proprietário, Santarém; Alfredo Sales Esteves Junior — emp. escritório, Santarém; Carlos Alberto Pereira dos Santos — estudante, Santarém; Joaquim Alberto Lopes Simões — agricultor, Riachos; Maria Cândida G. Vieira — func. pública, Lamasara; Ermelinda da Conceição Gomes — reformada, Torres Novas.

■ SETÚBAL

Mário de Melo Pereira — chefe de serviços, Setúbal; Carlos Manuel Abreu Albom — serv. mec., Setúbal; Rui de Sousa Alves — mecânico, Setúbal; António Manuel F. Travassos — programador de fabrico, Almada; Maria João V. Z. Viegas — professora esc. prep., Setúbal; Vitor Ramos — reformado, Setúbal.

■ VIANA DO CASTELO

Diana Maria Gonçalves Carreiro — arquitecta, V. do Castelo; Maria Filomena A. Alves — prof. primária, Monserrate; José Correia de Moraes — eng. civil, Anha; Maria Ondina P. Rodrigues — economista, Sta. Maria Maior; José de Oliveira Martins — arquitecto, Ponte de Lima; Margarida Maria Cabral Maio — professora, Caminha.

■ VILA REAL

Deolinda da Conceição F. Gonçalves — professora, Telões; Maria Nanete Rodrigues Costa — professora, Pontido; Maria da Assunção Ribeiro Gonçalves — professora, Vila Chã; António Manuel Alves — agricultor, Telões; Manuel Vicente Jeremias — professor, Valpaços; Elisabeth Lopes — comerciante, Vila Pouca de Aguiar.

■ VISEU

Luis dos Santos Namorado — médico, Viseu; Maria José Saraiva — médica, Viseu; Maria de Fátima Gonçalves Amaral — médica, Viseu; Celestino Pereira Ribeiro — operário, Castro Daire; José Maria Coelho — comerciante, Castro Daire; Helena Maria Santos Silva — professora, S. Pedro do Sul.

Uma nova política do quotidiano

(cont. pág. 8)

Num país de gramática machista, minimiza-se a outra metade da humanidade que opera mudanças decisivas pela fala da imaginação, da cordura e da esperança. Mais do que ter introduzido um enfoque brilhante do feminismo na política, Maria de Lourdes Pintasilgo pôs a claro, no pensamento e na acção, a sua capacidade em desbloquear pretensos conflitos e processos enquistados e dificultadores da renovação geral da sociedade.

Enfim, a politização da vida quotidiana, a utopia fraternal, ela mesmo que já demonstrou como se pode optar pela razão e contra a violência do Estado e da miríade de interesses que o enformam. Maria de Lourdes Pintasilgo é uma mobilização (sem exército de políticos profissionais de serviço) da bonomia, do optimismo, e do transbordamento do cidadão para a tomada de decisões.

Devendo ser encarado, à luz da Constituição revista em 1982, o Presidente da República como um expoente da visibilidade social, interrogo-me até que ponto esta gentil mulher não estará mesmo investida do estudo, do debate, da prática e das ilusões quiméricas do Poder fugaz, e do ânimo devastador que deverá acarinhá-lo e restituir da voz a minorias, a interesses de militantismo social e à moderação dos conflitos no seio do nosso tecido político e parlamentar. Pela sua esforçada exemplaridade, esta mulher soube dizer-nos como se suprime a raridade e se ajuda a crescer o reino do lugar social da liberdade no pleno respeito pelo direito à diferença. Direi com toda a fraqueza que Maria de Lourdes Pintasilgo se encontra excepcionalmente posicionada para mediar tais relações, naturalmente conflituosas, e fazer-nos sair da sociedade estacionária e inerme do nosso desencantamento presente.

A nossa sociedade consumista habilitou-nos a audiovisualizar a política. Pressentido o real perigo da sua crescente popularidade e expectativa, o Poder retirou-lhe esse campo discursivo. Temida pelos organizadores de imagem, pelos artifices do propagandístico e do simulacro, e pela arte da representação a soldo dos poderes do dia, tais prepotências exigiram a Maria de Lourdes Pintasilgo, banida dos órgãos de comunicação social, a agir mais impressivamente junto dos cidadãos que confiam na sua consequente acção política e sem os expedientes usados pelo «star-system».

Crítico do consumidor e das técnicas concentracionárias, manifesta neste reduzido tamanho de folha informativa o enorme apreço pela sua causa, uma vez mais uma causa de interesse público, que com ela, faço saber publicamente, me irmano do coração.

Uma nova política do quotidiano

BEJA SANTOS

1. Mais sociedade ou mais Estado? Ao nível dos grupos constituintes de opinião política, a polémica entre o neoliberalismo e o estadismo atinge proporções grotescas e susceptíveis da maior apreensão em todos os que militam pelo reforço dos movimentos de participação e causas de interesse público, como é o meu caso.

O neoliberalismo está na ofensiva e controla pacatamente os meios de comunicação; o estatismo remete-se para um discreto tacticismo negocial — revisão constitucional, desnacionalizações, termo da Reforma Agrária, libertação dos regulamentos e da intervenção do Estado em áreas estratégicas. Uma ideologia caduca confronta-se com uma ideologia que se serve dos leilões em hasta pública.

A cruzada em marcha vai denegrindo os mecanismos de justiça social e solapando a crença na organização colectiva das solidariedades e consensos; a apologia de um modelo oitocentista e selvático, com lastro suficiente para desempregar, investir, centralizar ou colonizar ao sabor da lei do mais forte, a quem competirá estabelecer (ou fazer estabelecer) a lei que oprime a democracia económica e social, parece não encontrar resistência mesmo aqueles que programaticamente prosseguem objectivos generosos. Daí que a escroqueria intelectual se permita desaforos como o de que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias exige uma alteração drástica e imediata da Lei Fundamental, entre outros lamentáveis exemplos.

Vivemos sob o pesadelo de algumas modas e expectativas de mudança que assentam essencialmente nos seguintes factos: o êxito aparente do «boom» económico da Administração Reagan; o deserto social adveniente de um programa de agravamento das desigualdades e do acentuar de desarmonias entre regiões; o mito sebástico do Progresso europeu (é a CEE quem tomará conta de Portugal); o fracasso do sector público entregue a malabarismos eleitorais e a facções oportunistas das clientelas partidárias; a austeridade como um fim em si mesmo; erosão na confiança do Estado como pessoa de bem; impunidade no êxito triunfal dos mercados da economia subterrânea; descrédito nos institutos partidários que se



No panorama dos «presidenciáveis» a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo ocupa um espaço singular

transforma em apolhos dos cidadãos como empresas empregadoras e a relação de chefes ambiciosos e sedentos de prestígio pessoal. Enfim, quando baixa a cotação da democracia participativa, indutora da generalização de novas relações sociopolíticas, é o liberalismo quem dá o mote da reacção conservadora, que atinge os mais desencontrados sectores da esquerda e direita tradicionais. Como não se libertaram liberdades cívicas indispensáveis à transfiguração social, caiu-se no infantilismo de querer matar o Estado deitando fora o bebé com a água do banho. Tudo caiu em descrédito, pois nem o produtivismo melhorou no passado o quadro de vida, nem provocou um consumo mais igualitário, como também os defensores formais do social-estatismo não souberam criar um desenvolvimento pluralista e fraterno.

Mudar de vida é mudar de política. O actual Presidente da República impôs-se ao respeito dos seus concidadãos pela forma exemplar como soube salvaguardar os esforços de diálogo e

atenuar as crispções mais melindrosas. Reclama-se do futuro Presidente da República a invenção comunicativa que se traduz em actos políticos consentâneos com o actual quadro de definhamento da esperança, comprometedor do nosso futuro. Precisamos de um dinâmico interpellador da multiplicação de lugares da democracia directa e representativa, e portador de uma mensagem com menos humilhação e constrangimento que a nossa classe política nos impõe. Precisamos de um porta-voz para essa sociedade restituidora da liberdade imaginosa que é a produção em heteronomia e em autonomia; é alguém que não transijirá com a identificação cultural dos portugueses. Sem esta sociedade não haverá outros produtos e outros consumidores. Exige-se esse alguém que incentive o quotidiano, hoje comprometido.

2. Uma nova política do quotidiano ajuda a transformar o Estado. Esse Presidente da República terá que excluir a exclusão em que presentemente vivemos, de antagonismos de superfície entre vencedores e vencidos, enxameados por tribunais de Santo Ofício, em que uma minoria tem um excesso de palavra e privilégios em detrimento do silenciamento e da penúria da maioria. Alguém que assuma a desestatização da política (hoje antro de compadrios e benesses) e reduza o papel monopolista do Estado, feito tropa de choque de grupos rivais.

No panorama dos «presidenciáveis», a Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo ocupa um espaço singular: invulgares provas no terreno da participação comunitária, compreensão dos problemas mais ingentes deste planeta contraído, detenção da engrenagem tecnológica e das tenazes compressoras do pessimismo da crise, a sua pessoa é uma chama cantante que se soube desprender dos cúmplices jogos de mão em que estão envolvidos os profetas do tempo velho e os arautos da irreprimível gula pessoal. Numa época de esgotamento de experiências e, de processos terminais, urge sofrer-se a influência de auspiciosas motivações para o dia de amanhã. Peço esse quadro intelectual e moral ao futuro Presidente da República, pois é urgente erradicar os medos e pavores num amanhã sem consequências.

(cont. pág. 7)

Entrevista à RR — 12 de Maio, 12h 15m